

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

MEMORANDO

REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Classificação de Arquivo:

CBR-0523/2005

DATA: 31 de janeiro de 2005

A: Waldemar W. Wirsig
Representante

VIA: Jorge Luis Lestani
Sub-Representante

DE: Marco Antônio S. Mendes
Especialista Setorial

ASSUNTO: (CT-INTRA/Brasil-México-Bolívia) Agências Reguladoras – Plano de Operações.

A presente solicitação enquadra-se nas diretrizes do Banco em relação ao Brasil. Ao mesmo tempo, ela está de acordo com a preocupação das autoridades brasileiras, relacionando-se à instituição no país, de mecanismos de supervisão, coordenação e avaliação do desempenho das Agências Reguladoras, em especial nos setores de infra-estrutura.

A solicitação também está de acordo com os objetivos, normas e procedimentos estipulados pelo Banco para o programa CT-INTRA. Cabe destacar que a sua realização permitiria o treinamento no México e na Bolívia, de cinco técnicos brasileiros que atuam em setores estratégicos do governo brasileiro, responsáveis pela coordenação dos estudos e medidas direcionados a promover a reestruturação das Agências Reguladoras Federais, como a Casa Civil da Presidência da República, e os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e das Minas e Energia.

Antecedentes

O Governo Federal Brasileiro vem promovendo, desde março de 2003, uma reavaliação e reformatação da organização institucional das Agências Reguladoras, tanto na área de regulação de serviços públicos e infra-estrutura, quanto na área de regulação social.

O fortalecimento institucional das Agências Reguladoras e a criação de mecanismos que assegurem a melhoria da qualidade da regulação, sua maior eficiência, transparência e legitimidade é um imperativo, em decorrência do compromisso do atual governo em promover o desenvolvimento econômico do país, fortalecer a livre iniciativa e ampliar a democracia, conferindo ao Estado maior capacidade de gestão e transparência.

O grande debate travado no Brasil sobre os níveis de autonomia das Agências Reguladoras e do uso de mecanismos de supervisão ministerial e adequação das Agências às políticas e diretrizes governamentais revela a dificuldade com o tratamento conceitual da "autonomia regulatória", indispensável à redução do nível de incerteza no exercício dessa atividade. Ao mesmo tempo, exige-se das Agências maior permeabilidade ao controle e à participação da sociedade.

Dentro da estrutura do governo brasileiro a Casa Civil da Presidência da República é a instituição responsável pelo assessoramento direto ao Presidente da República, no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e a integração das ações do governo. Através da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, a Casa Civil coordena, no âmbito do poder executivo, a realização de estudos e a proposição de medidas destinadas a promover a reestruturação das Agências Reguladoras federais. Estão

diretamente envolvidos no assunto, sob a coordenação da Casa Civil, três Ministérios: Fazenda, Planejamento, e Minas e Energia.

Por outro lado, países como o México e a Bolívia instituíram sistemas de avaliação de custo e benefício da regulação econômica, além de terem criado organismos voltados para a supervisão e coordenação das Agências Reguladoras, os quais possuem autonomia operacional, administrativa e financeira. Aquelas experiências apontam para alternativas, as quais podem trazer novas e relevantes contribuições para as iniciativas brasileiras.

Enquanto a experiência do México garante maior transparência na elaboração e aplicação das regulações, o sistema de regulação setorial desenvolvido na Bolívia, além de fiscalizar as superintendências reguladoras setoriais, tem por objetivo consolidar as normas e práticas comuns para o eficiente funcionamento da regulação nos diversos setores. Tais experiências poderiam auxiliar o governo brasileiro na definição de instâncias de acompanhamento, supervisão e avaliação da atuação das Agências Reguladoras, tanto do ponto de vista da gestão administrativa, como no que se refere à melhoria da qualidade da regulação nos diferentes setores.

No Brasil, o BID vem apoiando várias iniciativas, todas elas voltadas para o aperfeiçoamento e modernização das instituições governamentais. Mencionem-se particularmente os Programas de Modernização Tributária Nacional (980/OC-BR), de Administração Fiscal Municipal (1194/OC-BR), de Reforma da Saúde e Descentralização da Gestão Hospitalar (951/OC-BR), de Apoio à Reforma do Estado (1042/OC-BR), de Apoio à Modernização do Sistema Previdenciário Brasileiro (1346/OC-BR), e de Modernização Estrutural do Tribunal de Contas da União (1423/OC-BR).

Em 21 de dezembro de 2004 a Agência Brasileira de Cooperação – ABC – manifestou a não objeção do governo brasileiro a um programa de cooperação técnica intra-regional (CT-INTRA), em favor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República. Aquela solicitação prevê a visita de cinco técnicos brasileiros ao México e à Bolívia, sendo dois profissionais da Casa Civil, um do Ministério da Fazenda, um do Ministério do Planejamento, e um do Ministério das Minas e Energia.

A solicitação também prevê a vinda ao Brasil de um profissional do México, a ser identificado durante a visita àquele país, com o objetivo de ministrar um treinamento a um grupo de 40 especialistas brasileiros, que atuam nos Ministérios das Minas e Energia, Comunicações, e Transportes, ampliando desta forma os resultados do treinamento no México e na Bolívia. Considerando o custo global da presente CT-INTRA, cujo valor máximo não pode ultrapassar US\$ 20 mil, a Casa Civil da Presidência da República propôs ao BID que este financie a passagem aérea (México-Brasília-México) do técnico mexicano, arcando o governo brasileiro com as demais despesas, incluindo hospedagem, alimentação, etc, no país.

No México, a instituição outorgante seria a Comisión Federal de Mejora Regulatoria (COFEMER), órgão administrativo descentralizado, constituído no âmbito da Secretaria de Comércio e Fomento Industrial. Seu objetivo é promover a transparência na elaboração e aplicação da regulação, e tem as seguintes atribuições: revisar o marco regulatório nacional, diagnosticar a sua aplicação, elaborar propostas legislativas e administrativas e formular programas para melhorar a regulação em atividades e setores econômicos específicos. Também é da sua responsabilidade, opinar sobre programas de melhoria regulatória dos órgãos e entidades da administração pública federal e prestar assessoria técnica em melhoria regulatória dos órgãos e entidades da administração pública federal.

Na Bolívia, a instituição outorgante seria a Superintendencia General del Sistema de Regulación Sectorial (SIRESE) cujos objetivos são: fortalecer e aperfeiçoar o marco regulatório e normativo, garantindo a independência e a estabilidade do sistema. O SIRESE é responsável por regular, controlar e supervisionar os setores de telecomunicações, eletricidade, petróleo, gás natural e derivados, transportes e saneamento básico. Compete ainda àquele Superintendência, a fiscalização das Superintendências Estaduais, emitindo opinião sobre a eficiência e eficácia de suas gestões, e sobre o adequado controle das empresas reguladas.

O treinamento proposto contribuiria para que os profissionais brasileiros, todos com responsabilidade no tema da atividade regulatória, conheçam em profundidade as medidas adotadas nos dois países, em particular as medidas destinadas a garantir uma adequada coordenação e supervisão da atuação de instituições dotadas de autonomia operacional, administrativa e financeira. Por outro lado, a vinda ao Brasil de um especialista do México poderia contribuir para ampliar substancialmente os resultados da assessoria prestada ao governo brasileiro no tema em questão.

As Representações do Banco no México e na Bolívia foram informadas sobre esta operação.

Participantes

Participariam desta CT-INTRA os seguintes profissionais:

1. Luiz Alberto dos Santos – Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.
2. Rodrigo Augusto Rodrigues - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
3. Helcio Tokeshi – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.
4. Luis Hiroshi Sakamoto – Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
5. José Hubner Moreira – Chefe de Gabinete do Ministério das Minas e Energia.

A viagem dos técnicos brasileiros ao México e à Bolívia seria realizada entre os dias 26 de fevereiro e 06 de março de 2005. O programa de atividades encontra-se em anexo ao presente Plano de Operações.

Custo para o Banco

O Banco contribuiria com um total de US\$ 20,000.00 para os custos desta operação, de acordo com o seguinte orçamento:

5. Outro Pessoal

5.1 Viagens em Missão Oficial

5.1.1.	a) 05 passagens Brasília / México / La Paz / Brasília (5 x US\$ 1,950.00)	(US\$ 9,750.00)
	b) 01 passagem México/Brasília/México	(US\$ 1,200.00)
5.1.2.	20 diárias em Ciudad de Mexico (04 diárias x 05 pessoas x US\$ 288.00)	(US\$ 5,760.00)
	20 diárias em La Paz (04 diárias x 05 pessoas x US\$ 132.00)	(US\$ 2,640.00)
5.1.6	Seguro (08 dias x 05 pessoas x US\$ 4.35)	(US\$ 174.00)

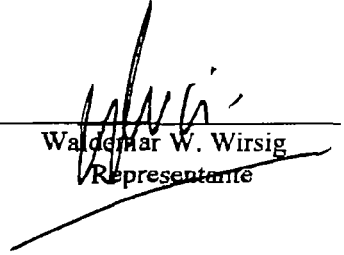
98. Imprevistos (US\$) (US\$ 476.00)

TOTAL (US\$) (US\$ 20,000.00)

Aprovação

No uso da autoridade que lhe foi delegada pelo Gerente Regional de Operações, e em conformidade com o estabelecido no literal (c) da Resolução DE - 23/87, de 12 de fevereiro de 1987, o Representante do Banco no Brasil autoriza a utilização de recursos equivalentes a até US\$ 20,000.00 (vinte mil dólares norte-americanos) para o financiamento da Cooperação Técnica Intrarregional descrita no presente Memorando-Plano de Operações.

Aprovado:


Waldemar W. Wirsig
Representante

Data:

01.02.05

Anexos: Programa de viagem
Registro de Solicitação de CT

**Agência Brasileira de Cooperação**

Ofício nº 2332/ABC/CTRM

URGENTE.

CT/BID. Avaliação e acompanhamento da ação das agências reguladoras. Missão de estudo.

Brasília, 21 de dezembro 2004.

→ Arquivo (Reg)
S. A. N. J. J. J.
uf

Senhor Representante,

Encaminho, em anexo, para exame dessa Representação, em anexo, proposta de apoio elaborada pela Casa Civil da Presidência da República para a realização de missão de estudo a três capitais no exterior - Cidade do México, La Paz e Washington, com o objetivo de recolher informações sobre a experiência do México, Bolívia e Estados Unidos da América no campo da supervisão ou coordenação de agências reguladoras dotadas de autonomia operacional, administrativa e financeira.

2. Muito agradeceria a Vossa Excelência verificar a possibilidade de o BID vir a apoiar a missão em apreço, considerada pelo Governo brasileiro de grande relevância para subsidiar o processo de aperfeiçoamento da administração pública.

Atenciosamente,

(Lauro Barbosa da Silva Moreira)
Embaixador
Diretor da ABC/MRE

A Sua Excelência o Senhor
WALDEMAR WIRSIG
Representante do BID no Brasil
Brasília, DF
Anexo:01

Of-BID_AgReguladoras.doc

Lilia Macedo/CTRM/20/12/2004

Ministério das Relações Exteriores
Anexo I - 8º Andar - CEP 70.170-900 - Brasília-DF
FAX (061) 411-6894 - Tels.: (061) 411-6887/81
CGC nº 00.662.197/0001-24



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
GOVERNAMENTAIS - SAG/CC**

**SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA MISSÃO A CIDADE DO
MEXICO, WASHINGTON-DC E LA PAZ**

**1. DESCRIÇÃO BREVE DA INSTITUIÇÃO SOLICITANTE, INCLUINDO
SEU PROGRAMA DE ATIVIDADES E SUA RESPONSABILIDADE NO
PROCESSO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

A Casa Civil da Presidência da República é a instituição responsável, no âmbito do Governo Federal da República Federativa do Brasil, pela assistência e assessoramento direto e imediato ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e na integração das ações do Governo. Compete-lhe a verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, a avaliação e monitoramento da ação governamental e dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, em especial das metas e programas prioritários definidos pelo Presidente da República, a análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais; a avaliação da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, além de outros determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Através da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais-SAG/CC, ela acompanha a formulação e execução de programas e projetos governamentais, e promove a análise de mérito de assuntos relativos a Estados e Municípios, bem assim procede à análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas e projetos submetidos ao Presidente da República, bem como das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais. A SAG/CC é responsável, ainda, por promover, em articulação com a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, a coordenação e a integração das ações de Governo. Cabe-lhe, ainda, solicitar informações e proceder a análises e

estudos sobre projetos, propostas ou temas relativos a políticas públicas sob exame da Subchefia, e participar do acompanhamento e da avaliação de contratos de gestão de entidades públicas, nos casos determinados pelo Ministro de Estado.

Uma das tarefas mais complexas e relevantes que vêm sendo desenvolvidas pela SAG/CC é a coordenação, no âmbito do Poder Executivo, dos estudos e medidas dirigidas a promover a reestruturação das Agências Reguladoras Federais. No curso desses trabalhos, a SAG/CC coordenou a elaboração do Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, atualmente em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, assim como de debates e estudos sobre a gestão de desempenho de agências reguladoras, além de eventos destinados a discutir medidas voltadas à implementação de sistemas de monitoramento e avaliação de desempenho no Brasil. A SAG/CC vem, ainda, discutindo a elaboração de propostas com os demais órgãos de governo, referentes à reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e de seus órgãos de execução e regulação; ao novo marco regulatório do setor de saneamento ambiental; ao novo marco regulatório do setor de cinema e audiovisual; o novo marco regulatório do setor de aviação civil; o novo modelo de regulação e outorgas do setor elétrico; ao novo marco legal da gestão e exploração sustentável de recursos florestais, dentre outros projetos relevantes. Com unidade de formulação e avaliação de políticas públicas, a SAG/CC opera diretamente na formatação da agenda de desenvolvimento do Governo Federal, participando, inclusive, do Comitê Técnico da Câmara de Desenvolvimento Econômico do Conselho de Governo.

2. DESCRIÇÃO PRECISA DOS OBJETIVOS QUE O SOLICITANTE DESEJA ALCANÇAR COM A COOPERAÇÃO TÉCNICA SOLICITADA

A SAG/CC pretende conhecer a experiência dos Governos dos Estados Unidos do México e dos Estados Unidos da América do Norte com a instituição de sistemas de avaliação de custo e benefício da regulação econômica e, particularmente, com a instituição de organismos voltados a exercer supervisão ou coordenação sobre agências reguladoras dotadas de autonomia operacional, administrativa e financeira.

O grande debate travado no Brasil sobre os níveis de autonomia das Agências Reguladoras e do uso de mecanismos de supervisão ministerial e adequação da atuação das Agências às políticas e diretrizes governamentais sugere a dificuldade com o tratamento conceitual da “autonomia regulatória”, indispensável à redução do nível de incerteza no exercício da atividade regulatória. Ao mesmo tempo, exige-se das Agências maior eficiência e transparência, bem como maior porosidade ao controle e participação da sociedade.

A experiência mexicana e norte-americana indicam alternativas que podem trazer novos e relevantes “inputs” para a experiência brasileira, notadamente a partir da atuação do Office of Management and Budget, órgão da Presidência da República nos EUA, e a COFEMER – Comissão Federal de Melhoria Regulatória, vinculada à Secretaria de Economia do Governo Federal do México que tem como missão “garantizar la transparencia en la elaboración y aplicación de las regulaciones, y que éstas logren beneficios mayores a sus costos para la sociedad”

Seria relevante, ainda, para os fins da presente proposta de cooperação, uma visita para conhecimento da experiência boliviana com a implementação da Superintendência

promover o desenvolvimento econômico do país, fortalecer a livre iniciativa e ampliar a democracia, conferindo ao Estado maior capacidade de gestão e transparência.

Assim, o conhecimento *in loco* de experiências de outros países que contribuam para esses objetivos, em especial no campo da gestão pública e atividade regulatória, reveste-se de particular importância, permitindo que soluções bem sucedidas de outras Nações possam ser identificadas, avaliadas e, uma vez adaptadas e adequadas ao perfil das instituições políticas e administrativas brasileiras, possam ser implementadas no Governo do Brasil.

5. RELAÇÃO COM OPERAÇÕES NO PROGRAMA OPERATIVO DO BANCO

O BID vem apoiando, no Brasil, várias iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento das instituições governamentais e ao atingimento das metas de desenvolvimento social e econômico do Governo brasileiro. Os esforços tanto na área de meio ambiente, modernização da gestão e infra-estrutura no Brasil são evidências do compromisso do Banco com as metas de superação da pobreza, das desigualdades e das deficiências estruturais vigentes no país, num contexto de fortalecimento das instituições e da democracia.

6. PARTICIPANTES

Os participantes da comitiva do Governo brasileiro envolveriam 2 profissionais da Casa Civil da Presidência da República, 1 integrante da equipe do Ministério da Fazenda, 1 integrante da equipe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e 1 integrante da equipe do Ministério das Minas e Energia.

A missão teria a duração de doze dias corridos, sendo destinados, para reuniões técnicas a serem agendadas com a colaboração do BID e acompanhamento por membros de sua equipe dedicados à elaboração da cooperação técnica, 2 dias de permanência na Bolívia, 3 dias de permanência no México e 3 dias de permanência nos Estados Unidos da América.

A programação inicia da visita considera a possibilidade de que seja realizada no período de 22 de novembro a 4 de dezembro de 2004.

*Autêcedente do
CBR-0523/05*

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
GOVERNAMENTAIS**

**SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA MISSÃO ÀS CIDADES DO MÉXICO,
WASHINGTON E LA PAZ**

Informações sobre as instituições a serem visitadas.

1 - Comisión Federal de Mejora Regulatoria – COFEMER – México.

Órgão administrativo descentralizado constituído no âmbito da Secretaria de Comércio e Fomento Industrial, e instituída pela Lei Federal de Procedimento Administrativo.

Sua missão é promover a transparência na elaboração e aplicação da regulação, com o objetivo de que essas gerem benefícios à sociedade superiores aos custos para a sua implementação. Conta com autonomia técnica e operativa e tem as seguintes atribuições:

1. Revisar o marco regulatório nacional, diagnosticar a sua aplicação e elaborar propostas ao Chefe do Poder Executivo Federal, propostas legislativas e administrativas e programas para melhorar a regulação em atividades e setores econômicos específicos.
2. Opinar sobre programas de melhoria regulatória dos órgãos e entidades da administração pública federal.
3. Prestar assessoria técnica em matéria de melhoria regulatória dos órgãos e entidades da administração pública federal.
4. Celebrar acordos com instituições em matéria de melhoria regulatória, nos termos da Lei sobre Celebração de Tratados.
5. Elaborar, publicar e apresentar ao Congresso da Nação um informe anual sobre o desempenho das funções da Comissão e os avanços dos programas de melhoria regulatória aplicados nos órgãos e entidades da administração pública federal.

Pessoas a serem contatadas: Srs. Gustavo Adolfo Bello Martinez – Coordenador Geral de Melhoria Regulatória; Hector Alejandro Espindola Díaz – Subdiretor de Manifestações de Impacto Regulatório e Carlos Garcia Fernandez – Titular da Comissão Federal de Melhoria Regulatória.

Endereço: Alfonso Reyes 30, piso 8, Col. Hipódromo Condessa, México DF 06140. Tel. 01 55 57299100. Fax: 01 55 57299240.

Internet: www.cofemer.gob.mx

2 - Superintendencia General del Sistema de Regulación Sectorial – SIRESE – Bolivia

As três atribuições fundamentais exercidas pela Superintendência Geral do SIRESE são:

1. Apelação, como segunda instância de recurso administrativo relativa a impugnação das resoluções estabelecidas pelas Superintendências Setoriais.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS
GOVERNAMENTAIS**

2. Fiscalização das Superintendências Setoriais, emitindo opinião sobre a eficiência e eficácia de suas gestões e sobre o adequado controle sobre as empresas reguladas.
3. Coordenação, consolidando a unidade institucional do SIRESE com normas e práticas comuns para o seu eficiente funcionamento.

Os objetivos gerais do SIRESE são fortalecer e aperfeiçoar o marco regulatório e normativo, garantido independência e estabilidade do Sistema, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país e para o bem-estar social, assegurando que as regulações setoriais protejam os usuários, empresas e Estado, cumprindo e fazendo cumprir a lei.

O SIRESE tem como objetivo regular, controlar e supervisionar os setores de telecomunicações; eletricidade; petróleo, gás natural e derivados; transportes e saneamento básico.

Os contatos desejados são com o Superintendente Geral e os Diretores de Recursos Hierárquicos, de Fiscalização, Técnico-Econômico e Administrativo-Financeiro.

Endereço: Calle Capitán Ravelo 2101, Edifício Capitán Ravelo. Tel. (591-2) 2444545, Fax: (591-2) 2444017. La Paz – Bolívia.

Internet: www.sirese.gov.bo

3 - Office of Management and Budget – The Executive Office of the President – Washington – DC

A principal missão do OMB é assessorar o Presidente dos EUA na elaboração do orçamento federal e na supervisão administrativa do Poder Executivo e suas agências. No auxílio ao presidente, o OMB avalia a efetividade dos programas das agências, no cumprimento das políticas e diretrizes governamentais e busca assegurar que as propostas orçamentárias, relatórios, normas e propostas legislativas estejam em sintonia com as políticas orçamentárias da administração do Governo Federal.

Adicionalmente, o OMB coordena a gestão, orçamento e política regulatória exercida pelas agências, com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e o desempenho dos órgãos do Governo Federal no exercício de suas funções.

Contatos desejados: Sr. Joshua B. Bolten – Diretor; Sr. Joel Kaplan – Diretor Adjunto e Sr. Clay Johnson III – Diretor Adjunto de Gestão. Também desejamos contatos com representantes das seguintes unidades: Office of Information & Regulatory Affairs; Offices of Natural Resource Programs e General Government Programs.

Endereço: Office of Management and Budget – 725 17th Street, NW, Washington, DC 20503. Tel. (202) 395.3080, Fax: (202) 395.3888.

Internet: www.whitehouse.gov/omb